



PARECER DE REGULARIDADE N°. 0153/2022.

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 1017/2020 - NUSP/GMB. ASSUNTO: 2°TERMO ADITIVO - PÓS REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO

CONTRATO N°. 022/2020 - NUSP/GMB.

EMPRESA: TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI.

O Sr. JESSÉ DIAS FONSECA, Guarda Municipal, Classe IV, Matrícula nº 1881043-018, Coordenador do Controle Interno da Guarda Municipal de Belém, nomeado nos termos da Portaria nº. 096/2021 - COMDO/GMB de 22 de janeiro de 2021, **DECLARA**, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do do Pará, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA N°. 22/2021/TCM-PA, de 10 de dezembro de 2021, e suas alterações, que analisou integralmente o PROCESSO N°. 1017/2020 - (VOLUME IV), cujo objeto versa especificamente sobre a pactuação do 2° TERMO ADITIVO ao Contrato nº. 022/2020, (Pregão Eletrônico -SRP n° . 037/2019 - ARP n° . 031/2019 - SEGEP/PMB), firmado com a Empresa TOP PRYME SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, que realiza a Prestação de Serviço na Área de Limpeza, Asseio, e Conservação nas instalações da GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM.

01 - RELATÓRIO.

- 1.1) Essa Controladoria/GMB, com o cerne de emitir o Parecer de regularidade¹, constatou que o presente procedimento fora instruído com os seguintes documentos. Senão vejamos.
- 1.2) A contratada apresentou em 16/05/2022, Carta n°. 066/2022-COM/TOP PRYME, concordando com os valores apresentados na contraposta NUSP/GMB. (fl. 751);
- 1.3) Planilha de custos e formação de preços. (fls. 752/753);

^{• &}lt;u>Manifestação de Irregularidade</u> - será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno verificar a não observância da aplicação dos princípios de legalidade, legitimidade e economicidade, constatando a existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo quantificável ao erário e/ou comprometam, substancialmente, as demonstrações financeiras e a respectiva gestão dos agentes responsáveis, no período ou exercício examinado. (grifo nosso).





Manifestação de Regularidade - será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno formar a opinião de que na gestão dos recursos públicos foram adequadamente observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade. (grifo nosso).

^{• &}lt;u>Manifestação de Regularidade com Ressalvas</u> - será emitido quando o Órgão ou Unidade de Controle Interno constatar falhas, omissões ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis. (grifo nosso).





- 1.4) A documentação de Regularidade jurídica e fiscal da contratada, encontra-se em acordo com as disposições do artigo 27 et seq, da Lei n°. 8666/93; (fls. 754/757);
- 1.5) Recursos Orçamentários destinados ao cumprimento da obrigação. (fls. 758/761);
- 1.6) Autorização do Inspetor Geral/GMB, permitindo o NUSP/GMB ao prosseguimento às demais fases, com vistas a consecução do ato administrativo. (fl. 764);
- 1.7) Justificativa Técnica n° 015/2022 NUSP/GMB, expondo os argumentos para a motivação da necessidade da repactuação e prorrogação da vigência do contrato n°. 022/2020 firmado com a Empresa Top Pryme. (fls. 763, 769/772).

É o relatório.

02 - DO CONTROLE INTERNO

2.1) O Controle Interno/GMB tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art.74 da Constituição Federal/1988.Nesta Municipalidade, fora instituído através da Lei n° 8.496/06, e posteriormente no âmbito da Guarda Municipal de Belém, nos termos do Art. 4°, Incisos III, § 5 do Decreto Municipal n° . 63.031/2010².

03) DA FUNDAMENTAÇÃO

- 3.1) O objeto do presente parecer, cinge-se a apontar a medida juridicamente correta para possibilitar o aditamento e o equilíbrio financeiro ao Contrato Administrativo n°. 022/2020, ora em análise.
- 3.2) Nesse sentido, o artigo Art. 65, Incisos II, alínea "d", § 1° da Lei n° 8.666/9365³, prevê a possibilidade do Poder

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força





 $^{^2}$ <u>Decreto Municipal n°. 63.031/2010</u> (grifo nosso), <u>Art. 4°, inciso III, § 5°</u>. (grifo nosso).

I - promover a eficiência operacional nas unidades administrativas da Guarda Municipal; II - promover a obediência às normas estabelecidas para a Administração Pública; III - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal; IV - avaliar a execução de planos, programas, ações, objetivos e metas da Guarda Municipal e os resultados alcançados; V - assegurar a validade e integridade dos dados contábeis, administrativos e informações afins que serão utilizados pela Chefia da Guarda para a tomada de decisões; VI - orientar a elaboração das prestações de contas exigidas pela Chefia da Guarda; VIII - apoiar a Auditoria Geral do Município no exercício de sua missão institucional; VIII - desempenhar outras atividades determinadas pela Chefia da Guarda relativas à sua área de competência.

³ Lei n° . 8.666/93. (grifo posto).

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (grifo posto).

^(...) **

II - por acordo das partes: (grifo posto).
(...);





Público realizar, em seus contratos, desde que justificado por fatores supervenientes à sua contratação, acréscimos ou supressões no contrato original, observados os percentuais máximos ali previstos.

04) DA ANÁLISE.

- 4.1) Na espécie, esta controladoria/GMB, após análise dos autos, constatou que:
- a) Valor do Contrato GMB vigente- GMB (1° Termo Aditivo): R\$ 3.827, 78 (Três mil, oitocentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos); (fl.634);
- b) Composição salarial pretendida: R\$ 4.087,77 (Quatro mil e oitenta e sete e setenta e sete centavos), que equivale a majoração do Percentual de 6,79% (seis e setenta e nove) por cento no valor do contrato (fls. 733/734).
- 4.2) Seguindo as orientações exaradas pelo NSJ/GMB (fls. 736/738); e pela USSCI/GMB, (fls. 741/744), o NUSP/GMB apresentou contraproposta de valores à contratada. (fls. 746/746).
- 4.3) Os valores contrapostos, foram na ordem de R\$ 3.950,00 (Três mil, novecentos e cinquenta) por mão de obra, totalizando o valor mensal de R\$ 15.800,00 (Quinze mil e oitocentos reais), que aferidos, auferem-se o valor global de R\$ 189,600,00 (Cento e oitenta e nove mil, seiscentos reais), que foram aceitos pela Representante legal da Empresa TOP PRYME SERVIÇOS, conforme demonstrada na Carta n°. 066/2022 de ADM/COM-TOP PRYME. (fl. 751).
- 4.4) No caso ora examine, os valores acordados entre as partes, proporciona deficit no percentual de 03% (três) por cento de economia à esta municipalidade, e se adequa perfeitamente aos parâmetros estabelecidos no § 1° do artigo 65 da Lei n°. 8.666/93.

05 - CONCLUSÃO.

5.1 Ex positis, a partir dos documentos que vieram a esta Controladoria/GMB, e, considerando a necessidade da readequação financeira do contrato, e que há dotação orçamentária específica, concluo que o processo se encontra EM REGULARIDADE,

^{§ 1}º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, (....). grifo posto).





maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nQ 8.883, de 1994). (grifo posto).





estando de acordo com as normas vigentes, estando aptas a gerar despesas para esta municipalidade.

E, por fim, DECLARO estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Belém, 30 de maio de 2022

JESSÉ DIAS FONSECA.

Coordenador do Controle Interno/GMB Matrícula: 1881043-018



